

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EMANUEL MANGUEIRA CARVALHO

A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE AS POLÍTICAS DE
AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNICAMP.

CAMPINAS, SP.

2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EMANUEL MANGUEIRA CARVALHO

A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE AS POLÍTICAS DE
AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNICAMP.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Educação da Unicamp, como
requisito para a obtenção da graduação em
Pedagogia, sob orientação do Professor
Dr. Sílvio Ancízar Sánchez Gamboa.

CAMPINAS, SP.

2012.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8º/5751

C288p

Carvalho, Emanuel Manguiera, 1985 -

A produção acadêmico-científica sobre as políticas de ações afirmativas na UNICAMP / Emanuel Manguiera Carvalho. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Silvio Ancizar Sánches Gamboa.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Universidade Estadual de Campinas. 2. Políticas públicas. 3. Políticas públicas de ação afirmativa. 4. Ensino superior. I. Sanchez Gamboa, Silvio Ancizar, 1949- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-288-BFE

Comissão Julgadora:

Professor Dr. Sílvio Ancízar Sánchez Gamboa

Professor Msc. Roberto Marden Lucena

2º Leitor.

*A todos aqueles que acreditaram
que esse momento chegaria, e
que me ajudaram e guiaram
meus passos nesta jornada.*

AGRADECIMENTOS.

Inicialmente quero agradecer ao Professor Dr. Sílvio A. Sánchez Gamboa, pela orientação, pela confiança que depositou em mim para a realização desse trabalho. Dizer apenas, nesse momento, “muito obrigado” é pouco para com as contribuições e sabedorias que, juntamente com o seu jeito especial de ser, fraterno e carismático, contribuiu de forma extremamente significativa para a realização desse trabalho.

Não tenho palavras e nem adjetivos para agradecer e descrever a oportunidade de dar os primeiros passos nesse trabalho, e principalmente por possibilitar que esse trabalho seja continuado de tal forma que eu gostaria de registrar que serei sempre grato por me guiar nesta jornada. Desejo ao professor que tenhas sucesso e realizações em toda a sua vida.

A professora Dr^a Márcia Chavez Gamboa que sempre me apoiou e continua me apoiando nessa trajetória que se iniciou em 2009, sempre se valendo de uma vasta sabedoria e dedicação, não apenas comigo, mas com todos os integrantes do grupo. Registro aqui os meus agradecimentos e desejo que tenhas muita realização em sua vida.

Aos amigos que conheci no Paideia, Grupos de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação, desde o início da minha participação em 2009. Amigos que com certeza contribuíram e continuam a contribuir muito com meus estudos, e para não incorrer no risco de esquecer o nome de alguém, faço o agradecimento a todos.

Agradeço em especial a Roberto Marden Lucena pela criteriosa leitura e sugestões para este trabalho. Tenho certeza que o esforço foi grande, mediante sua agenda de compromissos, para disponibilizar de tempo para realizar a leitura deste trabalho.

Aos meus pais, José Carvalho dos Santos e Esmeralda Mangureira dos Santos, pela paciência e incentivo que têm e continuam a ter para com as minhas jornadas de estudos, pois sei que mesmo sem eles saberem o significado de toda essa trajetória, eles sempre me estimularam a continuar.

Aos meus irmãos, gêmeos, Edmilson José Mangureira Carvalho e Joselene Maria Mangureira Carvalho, que viram, vivenciaram e influenciaram nessa trajetória que se iniciou em 2008. Pelos dias e momentos em que vivemos e exaustivamente dialogamos enquanto estávamos vivendo juntos aqui na Unicamp, e, sobretudo, pelas dificuldades

em que superamos juntos. Registro aqui os meus agradecimentos pelas suas contribuições.

Aos escassíssimos, porém, verdadeiros amigos que conheci durante a graduação no curso de pedagogia. Tenho plena convicção que eles se identificarão nesse trabalho, mesmo sem citar seus nomes. Agradeço pelos momentos de adversidades que enfrentamos juntos, e pelas conversas a respeito desse assunto que trouxeram grandes reflexões.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo realizar um “estado da arte” sobre a produção acadêmica da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) a respeito das políticas de ações afirmativas. Para realizar essa pesquisa foram analisadas, teses, dissertações, monografias e os artigos disponíveis no site da Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares). A análise foi feita com base nos estudos denominados “estado da arte”, o que possibilita identificar controvérsias, rumos e tendências da produção em foco. Nesse sentido, foi possível alcançar o primeiro objetivo da pesquisa, ou seja, a sistematização e localização da produção bibliográfica. O “estado da arte” consiste na elaboração de balanços do conhecimento, baseados na análise comparativa de vários trabalhos que incidem sobre determinada temática. Permite, para esta pesquisa, apontar as tendências, bem como limites e possibilidades de uma política de ação afirmativa aplicada nas universidades. Esse estudo possibilita ir além da sistematização de um levantamento bibliográfico, propiciando atingir os objetivos dessa pesquisa. A pesquisa mostrou que os TCC, dissertações, teses e livros, apontaram a necessidade de políticas de inclusão social, para o acesso ao ensino superior, seja através de cotas ou bonificação, seguidas da importância do debate sobre o assunto. Os artigos apresentam-se contrários às cotas e ressaltam a importância da autonomia das universidades públicas. As produções afirmam, também, que as ações afirmativas não podem ser utilizadas para ocultar a educação de má qualidade que é oferecida à maior parte da população.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, Ações afirmativas, Ensino superior, Unicamp.

SIGLAS

COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares)

LDB (Lei de Diretrizes e Bases)

PAAIS (Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social)

SBU (Sistema de Bibliotecas da Unicamp)

UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	02
AS AÇÕES AFIRMATIVAS.....	14
O ESTADO DA ARTE.....	19
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	24
PRINCIPAIS RESULTADOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
LISTA DE ANEXOS.....	37

INTRODUÇÃO

A pesquisa em foco foi inicialmente desenvolvida em nível de iniciação científica no período de 2010 e 2011 e apresentada no XIX - Congresso Interno de Iniciação Científica da Unicamp que aconteceu no mês outubro de 2011. Tal pesquisa contou com financiamento do CNPq durante o ano de 2011. A pesquisa foi apresentada ainda no XX Congresso Interno de Iniciação Científica da Unicamp em outubro de 2012.

O presente trabalho contempla os resultados do estudo realizado durante o mencionado período, estando fundamentado no levantamento bibliográfico localizado no Base Acervus no SBU (Sistema de Bibliotecas da Unicamp). No presente ano tem se dado continuidade a esses estudos em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp.

Logo, as atualizações do levantamento bibliográfico e, outras análises realizadas posteriormente, serão abordadas na pesquisa de mestrado em andamento. Nesse sentido, no presente trabalho serão considerados os resultados da pesquisa realizada durante o ano de 2011, com base nos dados e informações localizados naquele período.

Durante a realização do levantamento bibliográfico, este corresponde a primeira etapa da pesquisa, foram localizados um número significativo de artigos disponíveis no site da Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares) da Unicamp. E, por conseguinte, foram incluídos como objeto de estudos para essa pesquisa.

Evidentemente que esses materiais não constam no banco de dados do sistema de bibliotecas da Unicamp. Entretanto, como o objetivo da pesquisa é realizar um estado da arte da produção sobre o assunto no contexto dessa universidade, julgou-se pertinente inseri-lo no levantamento bibliográfico como objeto de estudo.

A pesquisa teve como objetivo realizar um estado da arte da produção acadêmica da Unicamp, no âmbito das políticas de ações afirmativas. Com base na leitura dos resumos das teses, dissertações, monografias e, também, dos artigos disponíveis na Comvest, essa pesquisa procura apontar quais aspectos foram privilegiados como objeto de estudo, e quais conclusões foram apresentadas.

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Desde a Proclamação da República, que aconteceu em 1889, surgiram várias concepções pedagógicas que foram desenvolvidas por intelectuais das classes dominantes do período denominado como Primeira República (1889-1930). Para efeito de contextualização cita-se, por exemplo, o “entusiasmo pela educação”, e o “otimismo pedagógico”.

O entusiasmo pela educação teve um caráter quantitativo, ou seja, em última instância resumiu-se nas ideias de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização do povo. O otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2000. p.15)

É importante lembrar que o otimismo pedagógico surge, historicamente, depois do entusiasmo pela educação. No entanto, Ghiraldelli Junior (2000) chama a atenção para um fato que aconteceria alguns anos mais tarde, após o advento da Proclamação da República, que foi o início do processo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização do país.

Observa-se, entretanto, que a educação primária nesse período começa a atender aos filhos dessa nova população urbana, em processo de ascensão, e, em contrapartida, nota-se que os filhos da elite continuavam a ser educados em casa, afinal,

[...] as poucas escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais em regime de internato ou semi-internato. Muitos desses colégios adquiriram notoriedade. (PACHOAL LEME, *apud* GUIRALDELLI JUNIOR, 2000. p.26 e 27).

Com a finalidade de realçar alguns aspectos nessa breve contextualização, faz-se pertinente relatar também a situação precária do ensino em relação às escolas rurais. A

situação torna-se mais complexa quando se aborda sobre o ensino no interior do país¹, pois

[...] em todo vasto interior do país havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem qualquer formação profissional, que atendiam as populações dispersas em imensas áreas: eram as substitutas das antigas *aulas* instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, em 1763. (PACHOAL LEMME, *Apud* GHIRALDELLI Jr, 2000. p. 27). Ver essa questão

Nesse sentido, é preciso destacar que, de modo tímido começa um processo de inclusão de uma nova clientela na escola que eram os filhos da população urbana que começou a emergir devido ao processo de industrialização. Porém, as escolas continuavam a ser frequentadas apenas por filhos da classe em ascensão e, salvo as exceções, algumas vezes pelos filhos da elite oligárquica, em determinados colégios, existentes naquele momento.

As mudanças educacionais que aconteceram naquele contexto, principalmente após a Proclamação da República, tinham seus objetivos direcionados para o ensino secundário e o ensino superior, pois

[...] as elites não só enviavam seus filhos aos colégios particulares como também se utilizavam do estado para criar uma rede de ensino público para o atendimento de seus filhos. Assim, todas as reformas da legislação do ensino providas do governo federal priorizavam suas atenções para o ensino secundário e superior. (GHIRALDELLI JUNIOR. 2000. p.27)

Por outro lado, faz-se necessário ressaltar que, em concomitância com a questão do acesso ao ensino primário pela maior parcela da população, nesse momento havia uma grande resistência, também, quanto à implementação do ensino superior no Brasil. Tal resistência já tinha origem antes mesmo da Proclamação da República e perdurou um bom tempo, mesmo após a deflagração da era republicana no Brasil².

Mesmo tendo iniciado essa breve abordagem com um recorte histórico, considera-se prudente citar alguns outros entraves, acerca da implementação do ensino superior. É

¹ Este trabalho reconhece a importância de estudos sobre a educação nas escolas rurais e que, por isso, deve ser objeto de estudo para outro momento.

² Torna-se pertinente destacar, para efeito de localização histórica, que o Brasil teve a Proclamação da Independência promulgada em 1822, enquanto, a Proclamação da República é datada de 1889. O momento histórico em questão é também denominado de Brasil Império.

importante registrar, também, que o ensino começou a ser oferecido no Brasil após a vinda dos jesuítas.

“O ensino jesuítico oferecido na Colônia, em geral, abrangia, em quase todos os colégios, os cursos de letras e artes. Era um ensino médio de tipo clássico, chegando a ser em alguns estabelecimentos, como no colégio central da Bahia e no Rio de Janeiro, um curso intermediário entre os estudos de humanidades e os cursos superiores.” (FAVERO, 1977. p.18).

Ao término do curso de letras e artes (Filosofia e ciências), o ensino se bifurcava, a fim de atender os que se preparavam para a carreira eclesiástica e os que se dirigiam para o estudo de leis, medicina, etc. Aos primeiros, a continuação do curso de letras e artes era oferecida ora no Colégio Central da Bahia, ora nos seminários maiores, ou na Faculdade de Teologia, em Coimbra; aos segundos, não havendo na Colônia escolas superiores, para completar sua formação o único caminho era procurar a Universidade de Coimbra, caso quisessem se dedicar ao estudo de Direito, ou de Montpellier na França, para fazer seus estudos de Medicina. (AZEVEDO, *apud* FAVERO, 1977. p.18-19)

Essa retomada sobre a origem da educação no Brasil, que se deu por influência dos Jesuítas, tem a finalidade de tentar apontar que os entraves e resistências de implementação do ensino superior, bem como do ensino primário, é uma herança dessa educação oferecida pelos Jesuítas, e dos conflitos de interesses. É lícito registrar que o ensino dos jesuítas no Brasil teve início antes mesmo do período da Proclamação da República.

Todavia, entende-se que o recorte histórico mais pertinente para a realização desse trabalho, é a partir do período da Proclamação da República. Afinal, somente depois desse momento histórico é que surgem as primeiras tentativas de se instituir as universidades, conforme será abordado mais adiante.

Por conseguinte, retomando a citação da Maria de Lourdes de A. Favero, nota-se que a educação brasileira foi desenvolvida para atender as mudanças que os governos, em cada momento histórico, julgavam oportunas. Nesse sentido, destaca-se que, mesmo com o advento da Proclamação da República, as poucas reformas educacionais ocorridas posteriormente, tinham por origem interesses particulares. Tais reformas foram se tornando diferentes à medida que o contexto brasileiro também se transformava.

Enquanto, por exemplo, de forma tímida o ensino primário tentava contemplar a maior parcela da população, que vieram a se constituir nos centros urbanos, em paralelo a esse movimento acontecia outro que buscava consolidar a formação das universidades.

Nesse sentido, e considerando os autores já citados até o momento, dentro da história da educação, eles apontam indícios de que a educação, cujas referências atuais dizem respeito tanto à educação básica quanto ao ensino superior, foi desenvolvida para atender, além dos interesses da elite, os interesses das políticas públicas que emanavam naquele contexto.

É possível observar a influência desses interesses, quando se observa que o ensino superior consegue surgir, ao mesmo tempo em que, não havia a oferta do acesso a educação a todos os brasileiros e até mesmo antes de ser elaborada uma lei de diretrizes e bases que regulamentasse a educação no Brasil. Cabe lembrar que, a primeira lei de diretrizes e bases, que a princípio teria a finalidade de regular o ensino em todo o país, e em todos os seus níveis, seria promulgada apenas em 1961.

Nesse sentido, busca-se avançar na discussão sobre o surgimento das universidades. Dentro do contexto brasileiro, como é destacado aqui de modo muito breve, em linhas gerais apresentaram-se diversas tentativas para a criação de universidades.

Segundo Valmir Chagas, frustradas várias tentativas de criação de Universidade, tendeu o movimento a deslocar-se momentaneamente da órbita do Governo Central. Sob a influência dos princípios liberais de descentralização surgem em 1909 a Universidade de Manaus e em 1912 a do Paraná, ambas como instituições “livres” a que as condições do meio não permitiram senão a existência efêmera e precária. (CHAGAS, *apud* FAVERO, 1977. p.28).

Como já mencionado, houve vários entraves para o surgimento das universidades. Inclusive essas dificuldades exigiram que algumas das faculdades existentes, que ensinavam algum curso de ensino superior, se organizassem e adotassem extraoficialmente a denominação de “universidade” antes mesmo de contar com o decreto por parte do governo central.

O contexto da década de 1930 é marcado pelo surgimento oficial das universidades. Naquele momento, como já está muito bem registrado, existiam os cursos oferecidos em nível superior, porém, ainda não havia sido aprovada uma lei voltada para o surgimento em causa, bem como elementos que caracterizassem uma universidade no contexto brasileiro.

Na história da educação brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é considerada a primeira instituição universitária, criada pelo Governo

Central. Foi instituída em 1920, pelo Decreto nº 14.343, do Presidente Epitácio Pessoa e referendado pelo Ministro Alfredo Pinto. De acordo com este Decreto a recém-criada instituição ficou constituída por algumas Faculdades profissionais já existentes na Capital – as Faculdades de Medicina e de Direito e a Escola Politécnica. (FAVERO, 1977. p.28).

Apenas em 1931 ocorre a promulgação do decreto nº 19.851³ de 11 de abril de 1931, criando o Estatuto das Universidades Brasileiras,

[...] a primeira universidade que consegue se formar com esse espírito e organização, de acordo com o decreto federal, é a Universidade de São Paulo, implementada pelo governo de São Paulo em 1934. (ARANHA, 1996. p.201)

No ano seguinte à promulgação do mencionado decreto seria aprovada também a Universidade do Distrito Federal⁴, e no transcorrer dos anos foram surgindo outras universidades no Brasil. Nesse momento, faz-se prudente recuperar uma assertiva anterior que comentou sobre a inexistência de uma lei que regulamentasse a educação em todos os seus níveis, e que aparentemente parece estar esquecida.

Não se pode esquecer a situação através da qual as universidades surgiam e se estruturavam, enquanto a primeira lei que versava sobre o assunto seria elaborada para regulamentar as diretrizes e base da educação, possibilitando a regulamentação da educação tanto a básica quanto a superior, surgiria apenas anos mais tarde. Observa-se que apenas

[...] em 1948, o ministro Clemente Mariani apresenta o anteprojeto da LDB, baseado em um trabalho confiado a educadores, sob orientação de Lourenço Filho. O percurso desse projeto é longo e tumultuado e se estende até 1961, data da sua promulgação. (ARANHA, 1996. p. 204)

³ “Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras”. Decreto 19.851 de 11/04/1931. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=40255> Acesso em 07/05/2012.

⁴ Apresso-me em lembrar que nesse período a cidade do Rio de Janeiro era a Capital da República dos Estados Unidos do Brasil de 1889 a 1960. A Universidade em questão é conhecida, atualmente, como UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Esse panorama mostra a necessidade de refletir sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Diante dessas circunstâncias é possível entender a necessidade de existir, naquele momento, uma lei que regulamentasse a educação. A existência de tal lei não somente serviria para atender as questões legais e burocráticas, mas, também, para atender outras necessidades estas provindas do próprio surgimento da universidade.

Por exemplo, pode-se destacar a formação de quadro de docentes; a questão da organização das vagas e dos cursos; e pode incluir ainda a questão de como se daria o acesso ao ensino superior, ou seja, a seleção dos candidatos, etc. Diante desse quadro é possível recuperar algumas informações já destacadas e avançar nessa pesquisa.

Como já fora citado, anteriormente, e apenas com a finalidade de alinhar as informações já destacadas até agora, algumas faculdades que ofereciam cursos de ensino superior, a exemplo de direito e medicina, se unificaram e constituíram o que se compreende hoje como Universidade. Isto aconteceu, mesmo antes de uma lei que regulamentasse a educação nacional, e conseqüentemente o ensino superior. As universidades começam a emergir fundamentadas em leis de reformas educacionais; é o caso, a título de exemplo, da reforma Carlos Maximiliano.

A reforma Carlos Maximiliano (1915) traz a seguinte resolução: “O governo federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito”. Tal oportunidade acontece a 7 de setembro de 1920. Criou-se nesta oportunidade a Universidade do Rio de Janeiro, fruto da reunião “nominal” das faculdades citadas. (RIBEIRO, 2007. p. 93)

É importante mais uma vez destacar que a primeira lei de diretrizes e base que regulamentaria o ensino no Brasil, logo o ensino superior nela também se coloca, foi aprovada em 1961. Nesse sentido, retomando informações anteriormente citadas para essa pesquisa é possível avançar nessa análise, pois tal retomada permite ampliar a discussão. A partir daí pode-se explorar outra questão importante e inerente ao ensino superior qual seja o acesso aos cursos oferecidos pelas universidades.

Entretanto, não se pode abordar sobre os modos de acesso ao ensino superior sem falar sobre a reforma universitária, que exerce forte influência na regulamentação do ensino superior. Nesse ponto, ressalta-se o olhar sobre alguns momentos com destaque

para a importância da reforma universitária, incluindo-se nesta a participação dos estudantes.

Os estudantes dos mais diversos lugares do Brasil se posicionaram e articulando-se entre si, elaboraram propostas. A seguir é apresentado o resultado de alguns estudos e sugestões elaboradas pelos estudantes. Segundo Favero,

Cabe salientar: a) o 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e realizado em Salvador, entre 20 e 27 de maio de 1961, do qual resultou a chamada <declaração da Bahia>; b) o 1º Encontro da Região Sul, realizado imediatamente após o Seminário de Salvador, em Porto Alegre, no mês de julho em 1961, resultando dos debates sobre a Universidade nessa região a declaração <Diretrizes para uma Universidade Sulina>; c) o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido também pela UNE, em Curitiba, de 20 a 27 de março de 1962, do qual resultou a <Carta do Paraná>; d) a <greve do 1/3>; e) o 3º Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado pela UNE em Belo Horizonte, em 1963. (FAVERO, 1977. p.45).

A participação dos estudantes na reforma universitária não ficou restrita exclusivamente à elaboração e participação em seminários, muito embora estes tenham se constituído como espaços em que se delineavam as condições para que os estudantes começassem a debater e a elaborar sugestões para a reforma universitária. Após o segundo seminário nacional, os estudantes começaram a ter uma participação mais ativa, em especial quando se unem para fazer exigências. “De forma mais concreta, ela tem início com a exigência de participação de um terço (1/3) estudantes, com direito a voto, nos órgãos colegiados da administração universitária” (FAVERO, 1977. p.49).

É de se imaginar que, para o contexto histórico daquele momento, ou seja, de ditadura militar, a proposta não seria aceita. O resultado imediato é que se torna difícil visualizar essa aceitação por parte dos órgãos colegiados das universidades e, sobretudo, por parte dos governos militares do período, o que propiciou a mobilização da greve do 1/3 inédita no meio universitário até aquele momento.

Cabe destacar que nesse ano em que foi reivindicado o 1/3 já havia sido aprovada a primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que contemplava a exigência realizada pelo movimento estudantil. “Essa participação deveria ser regulamentada pelos estatutos das Escolas Superiores Isoladas e Universidades, uma vez que já estava assegurada pela Lei nº 4.024/61, em seu art. 78.”(FAVERO, 1977. p.49). Observa-se assim que a greve estudantil surge para reivindicar um direito previsto e, sobretudo, assegurado em lei.

Na leitura da Favero, a autora aponta ainda que a LDB juntamente com os resultados dos estudos apresentados nos seminários poderia contribuir muito para a reforma universitária. No entanto, como muito bem cita a autora, a Lei nº 4.024/61 traz uma série de equívocos “além da pobreza na concepção de Universidade e na definição de suas funções, além de ver a Universidade como justaposição de estabelecimentos isolados e estanques.” (FAVERO, 1977. p. 54).

Concluída essa breve explanação sobre a participação dos estudantes e suas tentativas de participação na reforma universitária, pode-se caminhar para retomar o assunto acerca do acesso ao ensino superior. O primeiro mecanismo estabelecido como dispositivo de acesso ao ensino superior foi o vestibular. Esse foi “o primeiro passo dentro da Reforma Universitária e encontra-se na Lei nº 5.540/68 (art. 17 e particularmente 21)” (FAVERO, 1977. p. 75).

Esses artigos tratam que

O concurso vestibular abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação de 2º grau, sem ultrapassar este nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores. (FAVERO, 1977. p.75)

O concurso vestibular é proposto para ocorrer unificado em nível local ou regional. Entretanto, segundo Favero, o vestibular tinha as seguintes características “a) função classificatória do vestibular; b) conteúdo abrangido e nível de complexidade; c) avaliação da formação recebida pelos candidatos no 2º grau e sua aptidão intelectual para estudos superiores.” (FAVERO, 1977. p.76).

Chega-se a um ponto crucial que se refere à maneira de se avaliar supostamente o ensino de um conteúdo oferecido no segundo grau. A autora discorre com muita propriedade ao afirmar que, no período da ditadura militar, além do acesso ao primeiro e segundo graus ser restrito a poucos, eram igualmente restritos os alunos que conseguiam terminar o primeiro grau e dar continuidade aos estudos. Isso porque, “durante todos os estudos de 1º e 2º graus são feitas eliminações sucessivas, encaminhando à última seleção dos candidatos julgados capazes de fazer estudos superiores.” (FAVERO, 1977. p.76).⁵

⁵ Apesar da pertinência da discussão sobre os conteúdos ensinados nos primeiros e segundos graus da educação, não apenas no período da ditadura como colocado pela autora, mas também, nos dias atuais tal discussão é digna de ser abordada em um momento mais amplo de pesquisa. Nesta

Após meados da década 1960, em plena ditadura militar, foi aprovada a lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e o decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, ou seja, o governo realiza a reforma universitária⁶ que já vinha sendo reivindicada há algum tempo.

A reforma, todavia, reforçou princípios já existentes influenciando na estrutura e organização das universidades. A reforma universitária viria, inclusive ao encontro das mudanças que aconteciam no contexto brasileiro,

[...] assim, pois, a modernização da Universidade ocorreu menos por pressão da rebelião estudantil do que pela descoberta de que a inovação poderá ser manipulada sem ameaças à estrutura de poder, ao mesmo tempo em que se ajustaria mais a um certo padrão de desenvolvimento econômico, apontando este aspecto pelas forças internas e externas interessadas nessa modernização. Assim, pois, o governo não só cedeu às pressões, como também assumiu a responsabilidade da inovação. (FLORESTAN FERNANDES, *apud* ROMANELLI, 2001. p. 231).

E alguns anos mais tarde, mais especificamente em 11 de agosto de 1971 foi aprovada a segunda lei de diretrizes e base para a educação, a Lei nº 5.692⁷ que viria apenas regulamentar o ensino de 1º e 2º grau. Esta lei não alterou nem revogou os artigos, referentes ao ensino superior contidos na Lei de diretrizes e Bases aprovada em 1961, ou seja, a estrutura para o acesso, para o ensino superior, continuaria imutável.

O ano de 1988 é um ano importante para a história do Brasil. Trata-se do ano no qual é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988, após uma ditadura militar que teve início em 1964 e que teria fim apenas em 1985. Promulgada três anos depois, após o fim da ditadura, a Constituição da República Federativa do Brasil assegura, no título II, capítulo II, mais especificamente no art. 6º, a educação enquanto um direito social, conforme segue

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na

perspectiva, não será privilegiado nesse estudo. Uma pesquisa com esse enfoque exigiria olhar fortemente os momentos históricos principalmente antes e depois de 1988.

⁶ Além dessa estrutura, a legislação de que tratamos tomou algumas providências práticas, tais como: a unificação do vestibular, por universidade e por região; a extinção da cátedra e a previsão de mais de um professor em cada nível de carreira (em cada categoria docente) por departamento (...) (ROMANELLI, 2001. p.229)

⁷ Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso no dia 16/05/2012.

forma desta Constituição. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010\)](#). (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.)

Com o objetivo de assegurar e fazer com que a educação seja cumprida enquanto direito social, em 20 de dezembro de 1996, alguns anos após a promulgação da Constituição Federal, foi criada a lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. A atual LDB (Leis de Diretrizes e Bases) reserva o capítulo IV artigos 43 a 57 para regulamentar o ensino superior, conforme se observa a seguir,

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [\(Regulamento\)](#)

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; [\(Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007\)](#).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino

V - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. [\(Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006\)](#)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. ([Regulamento](#)). (LDB, 1996.)

Dessa forma, nota-se que o acesso ao ensino superior no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal continuaria a ser através do concurso vestibular. O que se nota é que não houve mudanças com relação aos anos anteriores. Entretanto, algumas mudanças, que emergiriam anos mais tardes, viriam a exercer influência, e até mesmo mudanças no processo de seleção⁸, por exemplo, as ações afirmativas por intermédio do sistema de cotas raciais ou sociais, bonificação, e outros mais⁹.

Ressalta-se que o ensino privado no país teve uma grande expansão em especial na década de 1990 até início dos anos 2000. Aqui se destaca a expansão das universidades particulares. Junto com essa expansão, houve em concomitância o acesso à educação a toda a população, no que se refere à educação básica, principalmente para as camadas mais populares, acesso feito inclusive por obrigatoriedade da lei, inserindo como dever do estado e da família. Evidentemente que essas mudanças acontecem por pressão das políticas públicas, e em especial nesse período por políticas internacionais.

Entretanto, esse acesso à educação passa a ser obrigatório, sendo considerado pela LDB como dever da família e do Estado. Dessa forma, na medida em que a educação pública foi atendendo obrigatoriamente a maior parcela da população, concomitantemente acontecia a expansão do ensino privado.

Nesse sentido, observa-se que mesmo tendo ocorrido mudanças no contexto educacional brasileiro, cabe lembrar que o ingresso no ensino superior continuou sendo feito pelo concurso vestibular e que teve oficialização desde a reforma universitária. Contudo, outros mecanismos têm sido utilizados para acesso ao ensino superior. Atualmente, no contexto brasileiro as políticas públicas têm tomado medidas para inserir e possibilitar o acesso ao ensino superior.

Atualmente, o governo em especial o ente federal tem elaborado programas de bolsas para os alunos que terminam o ensino médio e que ingressem em uma faculdade particular, em curso de nível superior. Algumas bolsas têm até mesmo oferecido

⁸ Em especial na primeira década deste século, são criados programas pelo governo federal que exercem, atualmente, influências nos mecanismos de acesso ao ensino superior, por exemplo, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); ProUni (Programa Universidade para todos); Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Esses programas visam facilitar o acesso ao ensino superior no Brasil. Fonte:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16185&Itemid=1101
Acesso em: 08/12/2012. Explorar melhor esses programas exigiria um olhar mais aprofundado para cada um deles.

⁹ Esses termos serão explorados com mais propriedade no decorrer do trabalho.

descontos parciais ou até mesmo integrais das mensalidades, é o caso, por exemplo, do Prouni¹⁰.

¹⁰ O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Disponível em: http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140 Acesso no dia 10/09/2012.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Nesse contexto do processo de construção da sociedade brasileira, e aqui se adota por marco inicial a Proclamação da República, observa-se que existe um esforço para o processo de universalização da educação pública no decorrer desse período histórico. Em especial na última década do século XX e início do século XXI nota-se que o sistema educacional iniciou um forte processo de expansão para o acesso nos diversos níveis de ensino, abrangendo desde o ensino fundamental, médio e superior.

Entretanto, o processo de expansão e acesso em evidência não aconteceu de forma contínua. Referimo-nos, portanto, aos processos desencadeados por políticas públicas que simultânea e contraditoriamente, geraram uma prática excludente. É possível observar esse paradoxo no contexto histórico brasileiro, quando se tem o surgimento das primeiras universidades no Brasil no início da década de 1940. Afinal, nesse mesmo período o Brasil não possuía uma lei que regulamentasse o ensino fundamental e médio, pois como já foi registrado antes, a primeira lei de diretrizes em bases da educação no Brasil viria a ser aprovada em 1961.

Paradoxos assim considerados no processo de desenvolvimento da educação brasileira, também geraram exclusão das classes sociais que eram economicamente menos favorecidas. Isso porque os filhos da nova classe social em ascensão que surge devido ao processo de modernização do país, e também, os filhos dos escravos que já se encontravam libertos pela aprovação da Lei Áurea, não tinham acesso à educação básica, ou seja, aos anos iniciais do ensino nem ao ensino secundário ou médio e muito menos aos cursos de ensino superior.

Contudo, uma das heranças do último regime militar vivido no Brasil, e que teve término em 1985, foram os movimentos sociais. Alguns destes podem ser citados, a exemplo do movimento “Negro”, o movimento “Feminista” e vários outros que lutaram, sobretudo, pelo fim da ditadura e para a implantação de um regime democrático no Brasil.

Os movimentos sociais também lutaram, e continuam lutando, pela superação das diversas exclusões sociais que existiam naquele momento e que perduram até os dias de hoje. Os resultados das lutas sociais provocaram mudanças nas políticas públicas cujo destaque nesse estudo são as políticas de ações afirmativas. A expressão “ação afirmativa” foi criada nos Estados Unidos por John F. Kennedy e significa,

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntária concebida com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc. [...] os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformação de ordem cultural, pedagógica e psicológica [...] implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores. (GOMES, 2001. p.27)

Segundo Juarez Altafin,

O termo ação afirmativa refere-se a política e procedimentos obrigatórios e voluntários desenhados com o objetivo de combater a discriminação no mercado de trabalho e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado pelos empregadores. Da mesma forma que no caso das leis antidiscriminatórias, o objetivo da ação afirmativa é tornar a igualdade de oportunidades uma realidade, através de um “nivelamento de campo” [...] (RESKIN, 1997, p.6 apud HEIRINGER, 1999, p.51 apud ALTAFIN, 2011. p.13).

A ação afirmativa corresponde a qualquer medida que aloca bens (benefícios) – tais como o ingresso em universidades, empregos, promoções, concursos públicos, empréstimos comerciais e o direito de comprar e vender terra – com base no pertencimento a um grupo específico, com o propósito de aumentar a proporção de membros desse grupo na força de trabalho, na classe empresarial, na população estudantil universitária e nos demais setores nos quais esses grupos estejam atualmente sub representado em razão de discriminação passada ou recente. (SABBAGH, 2004; WEINER, 1983 apud FERREZ JUNIOR; ZONINSEIN, 2006, p.21 apud ALTAFIN, 2011. p.13).

Segundo Fonseca tendo como base a jurista Flávia Piovesan

As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros. (PIOVESAN, *apud* FONSECA, 2009. p.106).

O contexto brasileiro, em especial durante a década de 1990, é marcado por fortes discussões e debates, através dos quais também são contemplados as políticas de ações afirmativas. Porém, têm-se obtido poucos resultados, pois

[...] as políticas de ações afirmativas, tão em voga em meados da década de 1990 no Brasil, continuam a ser apenas um debate midiático na sociedade brasileira e uma grande vitrine para os governantes, militantes e movimentos sociais e partidos, especialmente pela quantidade irrisória de políticas públicas empreendidas no país. (FONSECA, 2009. p.104)

Entretanto, é também nesse contexto que surge a possibilidade de visualizar os desdobramentos de algumas das políticas de ações afirmativas no Brasil. Por exemplo, torna-se procedente citar os projetos de leis que instituíram a reserva de vagas em concursos públicos para deficientes físicos e também a reserva de vagas em partidos políticos para as mulheres. Segundo Fonseca,

É bom lembrar que diversas disposições constitucionais e projetos de lei que são excelentes mecanismos que denunciam os níveis de distorção social e etnoracial no Brasil. Por exemplo, o projeto de lei do senado da república nº 650, de 1999 de autoria do senador José Sarney, e o projeto de lei da Câmara dos Deputados nº 3.198, de 2000, de autoria do então deputado federal Paulo Paim (hoje senador). Ambos instituem cotas de ações afirmativas. (SILVA, *apud* FONSECA, 2009. p.104)

Assim, a expressão ação afirmativa, além de ser apropriada pela legislação brasileira, gerou em torno de seu conteúdo diversas interpretações e polêmicas. Muitas discussões aconteceram nos mais diversos ambientes e entre estes os espaços das universidades públicas que se constituíram inclusive como objetos de estudo. No contexto brasileiro as discussões, a respeito das políticas de ações afirmativas em universidades públicas, tomaram fôlego a partir de 2004 quando foi enviada a proposta de projeto de lei nº 3.627/04¹¹ de autoria da deputada Nice Lobão.

Em decorrência dos acirrados debates determinadas universidades públicas manifestaram o interesse em adotar alguma política de ação afirmativa, e, sobretudo, de manifestar seu posicionamento sobre o assunto este a ser inclusive tratado como, polêmico. A lei nº 3.627/04 que viria a ser aprovada mais tarde, pela primeira vez na assembleia legislativa, mais especificamente no ano de 2008. Esse projeto de lei surge com o objetivo de tornar obrigatória a implantação do sistema de cotas nos vestibulares das universidades públicas federais.

Todavia, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) adotou a reserva de vagas pelo sistema de cotas, e isso ocorreu antes mesmo da primeira aprovação desse projeto de lei. Outras universidades, por exemplo, a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) elaboraram um sistema de bonificação que contempla o aluno egresso de escola pública podendo este se declarar negro, pardo ou indígena, esta autodeclaração é utilizado para inserir pontos na nota final do vestibular obtida pelo candidato. Essas

¹¹ Vide projeto de lei na íntegra em anexo 1.

discussões sobre a implantação ou não de uma política de ação afirmativa ganharam mais força quando atreladas a outras políticas de inclusão social.

Explica-se que uma política de ação afirmativa que tem por finalidade assegurar a inclusão social dos estudantes carentes para que logrem alguma chance de aprovação no vestibular deve se preocupar também com outras medidas políticas que são necessárias após a aprovação no vestibular. Evidentemente que a política de ação afirmativa, ao ter por objetivo a inclusão social dos estudantes nas universidades públicas brasileiras poderá ser indicadora dos processos amplos da democratização do país. Afinal,

[...] a política de ações afirmativas, nas universidades públicas brasileiras, ganha centralidade e aparece no bojo das políticas de democratização da educação superior do país. Nesse sentido nos questionamos: tais políticas estão contribuindo para a democratização do acesso e permanência do estudante no ensino superior no Brasil?(FIGUEIREDO, 2008. p.49)

Considera-se lícito que a aprovação no vestibular seja apenas uma etapa do processo a ser percorrida pelo aluno que deseja ingressar em algum curso de graduação, ou acessar o ensino superior. Depois da aprovação há um longo caminho a ser percorrido até concluir o curso de graduação. Assim, é necessário lembrar que é difícil promover ou realizar alguma política pública quando inexistente um investimento adequado,

Há de se entender que o orçamento é uma proposta de gestão política. E é nele que os diferentes agentes e movimentos sociais devem focar seus esforços. Debates e polêmicas acaloradas apenas desviam do real problema: a inexistência de um orçamento para a implementação de políticas sociais focadas e universais que atendam à maioria da população vulnerável do Brasil. (FONSECA, 2009. p.107)

Desse modo, é importante lembrar que os alunos beneficiados por políticas de ações afirmativas são oriundos de escolas públicas e de famílias cuja renda é considerada baixa. Medidas de inclusão social devem fornecer não apenas o acesso, mas também prover condições aos alunos que sejam beneficiados por políticas de ações afirmativas para que possam se dedicar integralmente aos estudos.

Diante de todas essas circunstâncias emergiram outros questionamentos, dentre os quais se destacam: qual o olhar dos acadêmicos sobre o assunto? Como os movimentos sociais se articularam ou vêm debatendo esse assunto? Contudo, esta pesquisa tem por

objetivo abordar a problemática das ações afirmativas sob outro foco, que é o olhar das produções acadêmicas que abordam sobre essa problemática.

Para essa pesquisa entendem-se como produção acadêmica, os materiais presentes no acervo da biblioteca da Unicamp, sendo este composto por teses de doutorado; dissertações de mestrado; trabalhos de conclusão de cursos (TCC), artigos de jornais e revistas e outros que de alguma forma tratem sobre a problemática das ações afirmativas no âmbito da Unicamp.

Serão abordadas no decorrer desse trabalho expressões como “cotas raciais”, “cotas sociais”. Entretanto a utilização desse termo para fins dessa pesquisa tem por finalidade fazer menção a referências específicas. Assim, quando se mencionar sobre “cotas raciais” isso será realizado com menção a “reserva de 50% das vagas nas universidades federais para alunos que fizeram ensino médio em escolas públicas. Parte desses 50% será reservada a negros ou indígenas estudantes de escolas públicas” (ALTAFIN, 2011. p.40). A referência a cotas sociais para esse estudo é com referência ao “outro tipo de cota é o social decorrente de carência e que pode abranger brancos e pretos. A raça não é o predominante, mas, sim, a carência que limita o mérito”. (ALTAFIN, 2011. p.40).

É evidente que a definição e utilização desses termos exigiriam estudos específicos para ser abordado sobre essas terminologias. Entretanto, é feita uma definição muito breve desses termos para situar o leitor do significado sobre o qual esses termos possam ser utilizados no decorrer desse trabalho, com o objetivo de nortear o leitor. Contudo, isso não descarta um estudo específico sobre a definição e utilização dessas terminologias, que devido a natureza dessa pesquisa, ou seja, trabalho de conclusão de curso, não podem ser feita nesse momento.

Por conseguinte, e mediante o universo de indagações que podem ser feitas sobre o assunto foram selecionadas as perguntas que norteiam essa pesquisa: o que a produção acadêmica privilegiou como objeto de estudo e o que os resultados dessa pesquisa indicam? Todavia, antes de dar continuidade ao assunto faz-se necessário abordar sobre o estado da arte que é parte importante desse trabalho e que conduz para responder a problemática norteadora dessa pesquisa.

O ESTADO DA ARTE

A necessidade de uma análise sobre fatos, acontecimentos e discussões pode ser feita através da compreensão da produção acadêmica. A produção acadêmica pode incidir sobre uma determinada produção, localizado em um acervo específico ou, ainda, reportar-se a um determinado assunto específico.

A produção científica é uma construção que serve de mediação entre o homem e a natureza, uma forma desenvolvida da relação ativa entre o sujeito e o objeto, na qual o homem, como sujeito ativo, veicula a teoria e a prática, o pensar e o agir, num processo cognitivo-transformador da natureza. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2008. p.101).

Para esta pesquisa a compreensão da produção acadêmica a respeito das políticas de ações afirmativas foi realizada com base no estado da arte ou estado do conhecimento. Esse procedimento é importante porque,

Fazer um balanço do conhecimento (...) identificar temas de pesquisas que carecem de desenvolvimento e tentar avançar na compreensão das questões postas pelas relações sociais concretas é um trabalho que se impõe principalmente no caso brasileiro, onde as conquistas democráticas são incipientes e a cidadania é pouco mais que uma concepção formal, em decorrência do que a oferta educacional tem sido insuficiente e inadequada. (KUENZER, 1987. p. 5 e 6).

O estado da arte é uma entre as diversas estratégias que a metodologia científica oferece e que facilita a organização de diversas fontes em torno de uma determinada temática. Toma-se como exemplo o caderno do INEP - REDUC¹² intitulado "O estado da arte do livro didático no Brasil" de Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta e Wanderly Ferreira Costa.

Nessa mencionada publicação os autores explicam que para realizar um estudo sobre o estado da arte, é necessário compreender, o contexto social e histórico do período do qual se trata o assunto que é objeto de estudo, não se limitando assim, a olhar o objeto de pesquisa na própria pesquisa, mas sim tentar compreender o contexto da pesquisa e do objeto de estudo.

¹² (INEP) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (REDUC) - Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação.

Nesse sentido, o estado da arte para estes autores, "pressupõe uma análise comparativa que nos dará os parâmetros para situar a qualidade e o nível da discussão brasileira." (FREITAG, MOTTA, COSTA, 1987. p.1). Fica implícito até aqui que um estudo com base no estado da arte não se limita a apenas realizar, um levantamento bibliográfico, mas também, a identificar fatores extrínsecos e intrínsecos das pesquisas, em especial das produções acadêmicas.

O estudo denominado estado da arte permite, segundo outros autores, apontar os pontos de redundâncias e deficiências das pesquisas. Em especial no contexto brasileiro, nos últimos anos, tem-se constatado um aumento no número das produções científicas.

[...] o avanço das pesquisas na área da Educação nos últimos 35 anos é fato incontestável. Entretanto, sem deixar de reconhecer que o crescimento, em termos quantitativos representa conquista de alto valor, é fundamental estabelecer processo reflexivo sobre a qualidade da pesquisa educacional realizada no Brasil. (TEIXEIRA; MEGID NETO, N/C, p.2).

Por conseguinte, o estado da arte permite nessa constatação do aumento da pesquisa apontar caminhos que tenham por objetivo mostrar as falhas para que suas correções visem melhorias na qualidade para a própria pesquisa. Ainda segundo Megid Neto e Teixeira,

Outro aspecto a apontar diz respeito ao estado da arte da produção acadêmica, quais as contribuições, os pontos de redundâncias, as deficiências e as lacunas ainda preencher, além das novas demandas para pesquisa no futuro próximo. (TEIXEIRA; MEGID NETO, N/C. p.2).

Os autores tratam sobre o procedimento metodológico para a pesquisa denominada estado da arte. Assim sendo é possível identificar que a leitura dos resumos das produções pode ser o ponto de partida para os estudos denominados estado da arte. Isso porque,

[...] a partir da identificação desses documentos, foram organizados e classificados seus respectivos resumos e referências bibliográficas. A leitura atenta dessas informações permitiu uma análise preliminar das pesquisas e o desenvolvimento de uma classificação inicial, conforme as categorias: a) ano de defesa e evolução quantitativa da produção; b) distribuição geográfica da produção; c) instituições onde os trabalhos foram desenvolvidos; d) grau de titulação; [...] (TEIXEIRA; MEGID NETO, N/C. p.3-4).

Nesse sentido, observa-se que outros autores constataram a necessidade de um estudo sobre o estado da arte acerca de uma determinada produção, e também sobre a produção de um período. Ferreira (2002) vai apontar para a necessidade de outros estudos a serem realizados acerca de uma determinada temática ou de uma área de produção e que podem ser realizados pelos critérios do estado da arte.

Nota-se conforme a autora a possibilidade do estudo denominado estado da arte identificar outras possibilidades para as pesquisas. Isso se justifica porque as pesquisas denominadas estado da arte são

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica (...), tentando responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, tese de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. (FERREIRA, 2002. p.258).

Nessa ordem de considerações, os estudos fundamentados no estado da arte permitem responder as problemáticas propostas para a pesquisa em foco, pois

O pesquisador do “Estado da Arte” tem dois momentos bastante distintos. Um, primeiro, que é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa. Ele poderá visualizar, nesse momento, uma narrativa da produção acadêmica que muitas vezes revela a história da implantação e amadurecimento da pós-graduação, de determinadas entidades e de alguns órgãos de fomento de pesquisa em nosso país. Nesse esforço de ordenação de uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; diversificam-se os locais de produção; em algum tempo ou lugar ao longo de um período. Um segundo momento, é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção imaginando as tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. (FERREIRA, 2002. p.265).

Nesse sentido, constata-se, segundo os autores apresentados que as pesquisas denominadas estado da arte podem ter uma perspectiva para além do caráter de

sistematizar e inventariar uma determinada produção acadêmica. Uma produção pode ser caracterizada a partir de vários aspectos e pode ser feita inclusive com o uso de um recorte temporal ou temático. Isso vem ao encontro dos objetivos da pesquisa em foco que aborda a problemática de ações afirmativas, em especial sobre a produção acadêmica da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Desse modo, justifica-se, como será abordado mais adiante em principais resultados, a caracterização temporal das produções localizadas no sistema de bibliotecas da Unicamp, e o objeto de pesquisa privilegiado para este estudo, com o recorte temático que se refere às ações afirmativas no contexto da Unicamp.

O primeiro momento do estado da arte que pode ser interpretado, consoante os autores supracitado, como uma parte mais quantitativa, justificam a construção e utilização do instrumento desenvolvido durante essa pesquisa e que encontra-se presente no anexo 2, e tem no anexo 3, alguns exemplo de como foram descritas e classificadas as produções acadêmicas localizadas no contexto da Unicamp.

Inicialmente o mapeamento dessa produção foi realizado com o uso da página do SBU (Sistemas de Bibliotecas da Unicamp) através do catálogo on-line disponível em: <http://acervus.unicamp.br>. Para valer-se deste site, faz-se necessário em um primeiro momento acessar a interface: <http://www.sbu.unicamp.br/portal/> e após abrir a página da web selecionar o item "Catálogo On-line", que leva posteriormente ao acesso ao banco de dados da biblioteca da Unicamp.

Feito o acesso à página do banco de dados da biblioteca da Unicamp, foram selecionadas as palavras-chave para realizar a pesquisa na plataforma "Base Acervus". Por intermédio das palavras-chave, utilizadas na busca no site do banco de dados, foi possível localizar as produções objeto deste estudos.

O segundo instrumento de leitura, que está presente no anexo 4 desse trabalho, foi elaborado tendo por base o esquema paradigmático.

O “esquema paradigmático”, como é denominado o instrumento que construímos, supõe conceitos de paradigmas entendendo este como uma lógica reconstituída ou maneira de organizar os diversos recursos utilizados no ato da produção de conhecimentos. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2008. p.68)

Segundo o autor o esquema paradigmático tem por objetivo recuperar uma lógica importante na pesquisa que é a relação entre a construção da pergunta e da resposta de

uma pesquisa. A construção do segundo instrumento de leitura, que tem por finalidade atingir os objetivos dessa pesquisa, foi construída utilizando-se por base os elementos da construção da resposta do esquema paradigmático. Foram privilegiados três níveis, sendo eles: o técnico, o metodológico e o teórico. Esses níveis são muito importantes, pois

Na elaboração da resposta (R) se integram diversos níveis de complexidade, que identificamos assim: a) nível técnico: refere-se aos instrumentos e passos operacionais com que são coletados e sistematizados os registros, os documentos e as informações sobre o real; b) nível metodológico: refere-se às maneiras como são organizados os processos do conhecimento; c) nível teórico: refere-se aos referenciais explicativos ou compreensivos utilizados na abordagem dos fenômenos estudados; esse nível se refere, também, ao núcleo conceitual básico utilizado ou desenvolvido aos autores privilegiados, às críticas ou polêmicas com relação a outras teorias aos graus de explicitação e articulação de categorias com correntes e tendências de pensamento ou doutrina científico-filosóficas e suas relações com interesses ou ideologias predominantes; (SÁNCHEZ GAMBOA, 2008. p.70).

É preciso deixar claro que a natureza desse trabalho não permite explorar o “nível teórico”, conforme explicitação do autor supracitado, de forma que foi utilizado para justificar a utilização dos itens “PROCEDIMENTOS DA PESQUISA; PRINCIPAIS RESULTADOS” presentes no instrumento de leitura presente no anexo 4. Nesse sentido, foi possível avançar no sentido de atingir os objetivos desse trabalho que consistem em apontar os resultados das produções acadêmicas localizadas no contexto da Unicamp.

O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Com o objetivo de localizar a produção acadêmica da Unicamp foram selecionadas algumas palavras-chave para serem utilizadas nos filtros de busca, dentro do banco de dados "Base Acervus" da Unicamp. Tais palavras selecionadas mantêm relação direta com o assunto estudado e foram utilizadas as seguintes: “ações afirmativas”, “sistema de cotas”, “inclusão social” e “políticas de ações afirmativas”.

A escolha dessas quatro palavras-chave tem por finalidade esgotar todas as possibilidades de localizar as produções relacionadas com as ações afirmativas. Durante a busca pelo site do SBU, foram constatadas algumas dificuldades para realização da pesquisa, por exemplo, algumas vezes a busca pelo site com o uso das palavras-chave não apresentava nenhum resultado. Entretanto, realizando a mesma busca em dias posteriores, o site do SBU indicava a localização de algumas produções.

Contudo, no período em que foi realizada a pesquisa essa questão de caráter mais técnico não prejudicou o levantamento bibliográfico realizado no tempo proposto pelo cronograma de atividades. Assim, foi possível realizar as buscas no site do SBU utilizando as palavras-chave escolhidas para realizar o levantamento bibliográfico.

Nesse primeiro momento da realização do levantamento da produção acadêmica, realizado através do SBU da Unicamp, foram localizados dois (2) trabalhos de conclusão de curso localizados na biblioteca da Faculdade de Educação. Uma (1) dissertação de mestrado e uma (1) tese de doutorado pertencente à biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem. Uma (1) tese de doutorado e (1) tese de pós-doutorado pertencente ao acervo biblioteca da Faculdade de Educação. Foram localizados treze (13) livros e dez (10) artigos. Uma síntese desse levantamento pode ser observado no quadro a seguir.

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
TCC	2	7%
DISSERTAÇÕES	1	3%
TESES	2	7%
PÓS-DOCTORADO	1	3%
LIVROS	13	45%
ARTIGOS	10	35%
TOTAL	29	100%

Destaca-se, ainda, que durante a pesquisa foram localizados alguns artigos nos quais constavam comentários sobre a inclusão social e em especial sobre o PAAIS da Unicamp. Tais artigos estão disponíveis no site da Comvest da Unicamp. São materiais que foram inseridos no objeto de estudo da pesquisa uma vez que guardam aspectos da temática da pesquisa em foco. Evidente que esses materiais não estão disponíveis no site do SBU, mas foram inseridos por estarem presentes no contexto da Unicamp.

No momento de realização do levantamento bibliográfico da pesquisa, que aconteceu durante o ano de 2011¹³, foram localizados 10 artigos. Para realizar a classificação e caracterização das produções localizadas foi desenvolvido um instrumental¹⁴ que permitisse cumprir essa tarefa.

Após a realização do levantamento bibliográfico foi constituída uma primeira caracterização do conjunto da produção localizada. Nesse sentido, foram realizadas a classificação e também a descrição dessa produção¹⁵. Para a classificação, os materiais foram separados consoantes suas naturezas, o que corresponde às seguintes

¹³ Já está registrado na introdução, contudo, não é demais reforçar que a presente pesquisa tem continuidade em nível de mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp, com início em 2012. A atualização do levantamento bibliográfico faz parte da natureza dessa pesquisa, de mestrado, que se encontra em desenvolvimento.

¹⁴ Vide anexo 2.

¹⁵ Vide anexo 3.

classificações: trabalhos de conclusão de curso; artigos; dissertações; teses; pós-doutorado.

Em conformidade com a sequência estabelecida foi realizada a descrição das produções que consistiu em identificar as seguintes características: o número de chamada do material, ou seja, número de identificação para localização do material no acervo da biblioteca; o nome do autor; o título do trabalho desenvolvido e o ano de publicação desse material. O instrumento privilegiou também o campo "disponível em" no qual foi registrado o link de acesso ao material na íntegra.

No decorrer da realização da pesquisa, constatou-se a necessidade de inserir esse item haja vista ter sido detectado no banco de teses da Unicamp, o "Base Acervus", que as teses, dissertações e os trabalhos de conclusão de curso encontravam-se disponíveis em on-line em formato PDF, cujo acesso é aberto ao público, sendo respeitada e assegurada a autoria das produções.

Destaca-se aqui que os artigos localizados nessa pesquisa estão disponíveis no site da Comvest da Unicamp, sem localização de nenhum deles dentro do sistema "Base Acervus". É importante destacar que foram localizados ainda livros em uma quantidade significativa e isto também consta na caracterização e descrição das produções acadêmicas localizadas na pesquisa. As produções acadêmicas resultantes desse levantamento bibliográfico podem ser consultadas na íntegra no anexo 3 deste trabalho.

Após essa primeira caracterização do material localizado, foi elaborado um segundo instrumento para a leitura dos materiais propriamente ditos. Conforme citado anteriormente, na metodologia, em especial segundo Ferreira (2002) trata-se de dois momentos para realizar o estado da arte. O primeiro momento evidencia-se nessa etapa, com ênfase na caracterização e descrição da produção, vislumbrando-se assim a possibilidade de se avançar para um segundo momento de contato mais profundo com as produções acadêmicas.

Com a perspectiva de alcançar os objetivos específicos da pesquisa foi elaborado um segundo instrumento numa tentativa de superar o caráter de identificação e caracterização da produção acadêmica. Desse modo, nesse segundo instrumento procurou-se identificar, o orientador da produção acadêmica, para os TCC, dissertação de mestrado e tese de doutorado e no caso dos livros se buscou identificar as editoras que as publicaram¹⁶.

¹⁶ Vide o leitor o anexo 4, o modelo utilizado para a leitura.

A pesquisa buscou, ainda, identificar nessas produções acadêmicas o programa de pós-graduação no qual pertence o material localizado bem como a maneira como foi constituído ou formulado o objeto de pesquisa, os fenômenos privilegiados, ou seja, os objetivos da pesquisa. A pesquisa buscou ainda identificar os instrumentos e as técnicas de coletas nessas produções além dos procedimentos e dos principais resultados por ela apontado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Entre todos os materiais localizados durante o primeiro mapeamento foram selecionados para a pesquisa as teses, as dissertações, os trabalhos de conclusão de curso e os artigos. Por conseguinte, é prudente destacar entre as primeiras impressões que entre os trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado, o primeiro material data de 2005 e o mais recente de 2009. Entre os livros o primeiro está datado de 1994 e o mais recente de 2009. Entre os artigos o primeiro está datado de 2005 e o mais recente de 2008.

Os livros em sua maioria tinham como principal objeto de pesquisa os estudos referentes às políticas de ações afirmativas por cotas, abordando principalmente a discriminação e a trajetória histórica do negro no Brasil. Apontou, como resultado, a necessidade de políticas públicas efetivas para a realização de uma inclusão social eficiente no ambiente universitário e, sobretudo, a necessidade de se manter as discussões acerca do assunto, visando o êxito na implantação das políticas públicas para as ações afirmativas.

Contudo, os artigos localizados no site da COMVEST mostraram, como objeto de pesquisa, justificativas para um posicionamento contrário às políticas de ações afirmativas por cotas. Isso porque, através de seus estudos, com o PAAIS,

[...] a Unicamp mais uma vez mostrou que, quando se aborda um problema com seriedade e criatividade, é possível encontrar soluções mais adequadas do que se imaginava inicialmente. Ao longo da nossa história, várias leis foram promulgadas para acabar com as desigualdades sociais, sempre com os objetivos mais nobres. Poucas tiveram resultados práticos. Instituir, por via legal um sistema de reserva de vagas - as cotas - parece-nos uma solução fácil e distorcida para buscar resolver o grave problema da desigualdade educacional brasileira, cuja principal origem está no atraso da educação básica e na restrita abrangência do sistema público de ensino superior. (TESSLER; PEDROSA, 2008. p. 8)

Em especial, as produções em foco chamaram a atenção quanto à obrigatoriedade das cotas nas Universidades Públicas Federais, por intermédio de lei, apontando a viabilidade de ações afirmativas sem que estas aconteçam por intermédio de cotas.

Destaca-se, como resultado das leituras dos artigos, a necessidade de valorizar a autonomia das universidades públicas, sob o argumento de que as mesmas tenham

condições de se organizar para poder implementar uma política de ação afirmativa, seja por cotas ou por bonificações, de modo eficiente e eficaz além de promover a inclusão social. Os artigos mostraram os resultados do PAAIS¹⁷ (Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social) no vestibular da Unicamp, desde o seu início.

Os estudos demonstraram que os alunos beneficiados pelo programa, no que se refere ao ingresso, têm sido significativos principalmente nos cursos mais concorridos. A leitura dos artigos mostrou ainda a necessidade de cada universidade realizar estudos para conhecer qual o perfil de alunos que prestam o seu vestibular, buscando identificar os perfis sociais, e econômicos, pois segundo os estudos isso possibilitaria entender quais as necessidades dos alunos carentes que ingressam na universidade e a adoção de uma ação afirmativa que melhor atenda às necessidades dos alunos e gere inclusão social por parte da universidade.

É lícito que todas essas afirmações estão fundamentadas nos estudos realizados com o PAAIS na própria Unicamp. Ressalta-se também a discussão sobre o mérito acadêmico para ingresso nas universidades que deve ser preservado. Chama a atenção para outros indicadores no que se refere ao acesso ao ensino superior que é quanto à qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas.

Destaca-se que a escola pública atualmente atende a maioria da população brasileira, em especial, a população mais pobre. A falta de um ensino dos conteúdos básicos com qualidade, segundo essas pesquisas, tem sido um limitador para o acesso ao ensino superior. Os estudos destacam a inadequação do uso das ações afirmativas para sanar ou remediar a educação de má qualidade oferecida pelas escolas públicas.

A qualidade de ensino nas escolas públicas exige medidas de políticas públicas que não se restringem às ações afirmativas para resolvê-las. Esse é um problema que não compete as universidades assumi-lo e nem resolvê-lo. Apesar das críticas contra o sistema de cotas, os artigos disponíveis no site da COMVEST apresentaram a

¹⁷ O programa consiste em um conjunto de iniciativas, sendo a mais importante a adição de 30 pontos aos candidatos oriundos de escolas públicas e mais 10 para aqueles, desse grupo, que se declararem pretos, pardos ou indígenas. A proposta aprovada ainda dobrou o programa de isenção da taxa de inscrição e expandiu fortemente o processo de assistência estudantil para garantir a permanência dos beneficiados. O PAAIS foi aplicado pela primeira vez no Vestibular Nacional de 2005. Desde então ele vem apresentando resultados sociais e acadêmicos acima do esperado inicialmente. (TESSLER; PEDROSA, 2008. p.7) A Unicamp possui uma comissão que vem constantemente estudando e avaliando o PAAIS e também o desempenho dos alunos beneficiados pelo programa. Os resultados desses estudos encontra-se no site: www.comvest.unicamp.br. Esses estudos possivelmente serão estudados na pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida como continuidade desse estudo.

possibilidade de se realizar uma inclusão social para o acesso ao ensino superior sem a utilização das cotas no vestibular.

Entre as teses e dissertações localizadas no acervo do SBU que abordavam sobre a problemática desta pesquisa, ressaltaram, sobretudo, a necessidade de ter políticas públicas para a inclusão social, em especial no que refere ao acesso ao ensino superior, nas universidades públicas. As teses, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos, abordaram em sua essência o estudo sobre o preconceito e também, sobre a marginalização do negro na sociedade brasileira.

Durante a análise das produções acadêmicas pouco foi comentado sobre as ações afirmativas por cotas sociais, ou por bonificações. Em linhas gerais pode-se dizer que a produção das teses, dissertações e os trabalhos de conclusão de cursos privilegiaram como objeto de estudo a questão das cotas e da discriminação racial. Apontando inclusive indicadores que justificam as políticas de ações afirmativas por cotas, no que se refere ao acesso ao ensino superior.

Destacaram que se deve ter políticas públicas para o acesso ao ensino superior público e de qualidade, independentemente que este acesso seja através de cotas ou mediante sistema de bonificações. Em especial destacaram que o acesso ao ensino superior deve ser de fato assegurado e garantido para todos.

Os livros que constam no anexo desse trabalho também foram lidos. Apresentaram os mais diversos posicionamentos sobre as políticas de ações afirmativas e as cotas. No entanto, nenhum posicionamento contrário a quaisquer das políticas de ações afirmativas. Entretanto, destacaram a importância da continuidade do debate para que seja possível uma melhor viabilidade das políticas de ações afirmativas para o acesso ao ensino superior.

Os resultados dessa pesquisa aponta ainda, e é importante deixar bem claro que as políticas de ações afirmativas, mesmo que estas se deem por cotas sociais ou raciais, não deve ser utilizado como estratégia, ou como forma alternativa, para ocultar ou a educação de má qualidade que é oferecida atualmente nas escolas públicas e que atendem a maior parcela da população.

Por conseguinte, é preciso ressaltar que a leitura das produções aponta para outros indicadores que é prudente ser retomado aqui. Esse indicador se refere quanto à qualidade de ensino que é oferecido no ensino médio nas escolas públicas e que atendem, além da maioria dos alunos carentes o qual inclui também os alunos negros.

Evidentemente, que se os alunos das escolas públicas não conseguem lograr êxito na aprovação do vestibular, e que quando esses alunos conseguem ingressar, são a minoria com relação aos alunos aprovados em vestibulares que cursaram o ensino médio em escolas particulares, está evidente que há a necessidade de se realizar estudos para observar a ocorrência de tal fenômeno.

É preciso considerar ainda outro elemento importante que é a necessidade de bolsas de estudos, pois a ausência desta pode gerar a evasão dos alunos beneficiados por políticas de ações afirmativas, seja esta por cotas ou bonificação. Afinal, estudos sobre a evasão no ensino superior, e nesses estudos não se distinguem alunos que são beneficiados por ações afirmativas ou não, apontam como um dos indicadores que leva a evasão no ensino em especial no ensino superior, a necessidade do aluno de se inserir no mercado de trabalho para sobreviver, pois a família não tem condições de custear seus estudos.

Contudo, ressalta-se também a importância de debater e refletir sobre outros elementos que tornam as cotas, as políticas de ações afirmativas viável para o acesso ao ensino superior. De forma geral, as produções que foram objeto de análise apontaram para diversos problemas e também para uma série de elementos que são cruciais para a implantação de uma política de ação afirmativa no que se refere ao ensino superior.

Nesse sentido, isso exigirá das universidades que receber os alunos por cotas raciais ou sociais, uma estrutura mínima que assegure a permanência do aluno no curso que porventura vier a ingressar. Isso implica em ter bolsas de estudos, que contemplem as necessidades dos estudantes beneficiados, pois estes terão que dispor de tempo para realizar seus estudos e, logo, não poderá se dispor como mão de obra para o mercado de trabalho.

É possível ir além nessa discussão quando se engloba o perfil da família do estudante, que algumas vezes trabalham e são peças essenciais que compõe a renda financeira da família. Desse modo, e já sabendo de antemão que poucas universidades públicas dispõem desses recursos, essenciais para manter o estudante no ensino superior, se faz necessários estudos de políticas públicas que tenham o olhar direcionado para esse assunto.

Isso porque, as bolsas de estudos que são essenciais para os alunos beneficiados por ações afirmativas, podem exercer influência em outros indicadores. Por exemplo, pode-se citar a evasão do curso de graduação. Evidentemente, que há a necessidade de aguardar um tempo e realizar um estudo sobre os alunos cotistas ou beneficiados por

outras políticas de ações afirmativas, para poder a partir daí realizar outros estudos, por exemplo, se haverá ou não evasão dos estudantes beneficiados por ações afirmativas, bem como avaliar também o desempenho acadêmico, dos alunos cotistas. Estudos os quais a Unicamp já vem desenvolvendo.

É lícito ressaltar que antes de se tecer críticas sobre o desempenho ou mérito acadêmico dos alunos que são cotistas ou beneficiados por cotas sociais se faz necessário realizar estudos, para tecer a afirmação de tal natureza. E, não se pode esquecer também que antes de realizar um estudo dessa natureza, se faz necessário considerar as condições que a universidades oferece para os alunos beneficiados por ações afirmativas para realizarem seus cursos.

É possível afirmar que, por intermédio da leitura das produções acadêmicas dessa pesquisa, que muitos estudiosos chamam a atenção para a formação que o candidato a ingresso nas universidades públicas tem recebido durante a formação na educação básica. Deve-se destacar esse elemento também, pois o acesso ao ensino superior deve ser assegurado por uma formação de qualidade que deve ser oferecido na educação básica, que estão a cargos, no estado de São Paulo, em sua maioria dos governos municipais e estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que as ações afirmativas são um assunto polêmico de ser abordado como estudo. Nesse momento histórico tem se tornado o centro das atenções e também de diversos debates. Em especial, a discussão é ainda mais polêmica quando as ações afirmativas tratam do acesso ao ensino superior, principalmente quando se menciona o sistema de cotas.

Evidente que independentemente da forma que se deem as ações afirmativas é necessário pensar na forma de permanência do aluno após o ingresso no vestibular da universidade pública, seja esta estadual ou federal. Não se pode deixar de abordar aqui sobre o perfil social e econômico do aluno que é beneficiado para o acesso ao ensino superior.

Dessa forma, a análise das produções acadêmicas aponta a necessidade de inclusão social para o acesso ao ensino superior. Como já foi dito anteriormente, nas leituras das produções foram detectados argumentos contrários e favoráveis às cotas. Porém, não se pode esquecer que o acesso ao ensino superior, seja por cotas raciais ou sociais, pode estar comprometido, em longo prazo, se as universidades não dispuserem de recursos suficientes para manter seus alunos, ingressantes por alguma política de ações afirmativas.

A constatação de que poucos alunos negros ou carentes acessam o ensino superior público, e que estes em grande maioria têm a formação da educação básica em escolas públicas, a constatação de um maior número de ingressante pode ser indicador que como já foi citado acima carece de mais estudos, até mesmo para se saber, se são necessárias outras demandas ou necessidades.

Elencar e retomar esses problemas são importantes, pois estão todos interligados. Ter políticas de acesso ao ensino superior, sem que as instituições possam oferecer condições mínimas para assistir os ingressantes, podem se tornar essas políticas de acesso em sinônimo de fracasso. Isso porque, o acesso estará garantido ou no mínimo assegurado, mas haverá a desistência do aluno devido a falta de recursos.

A possibilidade de ocorrência desse fenômeno implica em reproduzir dinâmica presente na história da educação no contexto brasileiro, e até mesmo por isso que esse trabalho inicia-se com um recorte histórico sobre o acesso a educação e o ensino

superior. Há algumas décadas atrás, quando a educação da escola pública era de qualidade, eram poucos os cidadãos que conseguiam acessar a educação pública.

Quando o acesso à educação torna-se uma necessidade no contexto brasileiro, devido aos processos de desenvolvimento, a educação pública passa a receber toda a população, contudo, nesse mesmo momento surgem as escolas privadas que levam consigo a educação de qualidade, qualidade esta que deixa de existir na educação pública.

O mesmo acontece com o ensino superior. Quando surge uma grande demanda da população para o acesso ao ensino superior surge o ensino superior privado para evitar que o grande fluxo da população tente acessar o ensino superior público. Desse modo, é possível relacionar que a falta de auxílio ou condições, por parte das universidades, para que o aluno, não apenas ingresse, mas que também possa permanecer no ensino superior é crucial para que não se reproduza essa dinâmica de exclusão do acesso ao ensino superior público.

Como pode se notar com base no recorte histórico feito inicialmente nesse trabalho, o acesso à educação pública de qualidade, em especial a educação do ensino superior, esteve sempre restrita e com acesso para uma pequena parcela da população. As ações afirmativas adotadas por uma universidade que não possua recursos para manter seus estudantes, seja este cotista, ou carente, pode resultar na reprodução desse modelo de exclusão do acesso ao ensino superior, pois o acesso estaria garantido, mas sem ter as condições de permanência, pode-se tornar um prejuízo ou até mesmo um grande problema para os alunos que forem contemplados.

Está claro que bolsas de estudo e auxílio para os alunos cotistas é uma necessidade, e que pode certamente influenciar no desempenho dos alunos cotistas. Deve-se assim, refletir com muito cuidado e, sobretudo, considerar todos os elementos que podem ser cruciais para auxiliar e assegurar a permanência do estudante no acesso e que este possa frequentar o ensino superior. Certamente que os objetos de estudo dessa pesquisa, tendo o recorte apenas da Unicamp é muito restrito para se realizar outras afirmações. Mas, está claro que é possível ter bons resultados com as reservas de vagas, ou bonificações, desde que haja recurso por parte das políticas públicas para assistir os alunos cotistas ou beneficiados por ações afirmativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAFIN, Juarez. **Cotas na universidade**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 1996.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro, RJ: 1931. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=40255> Acesso em 07/05/2012.
- BRASIL. Senado Federal. Decreto 99.999 de 11 de janeiro de 1991. Brasília, DF: 1991. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=225560&titulo=D ECRETO%2019851%20de%2011/04/1931> Acesso em 07/05/2012
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso no dia 16/05/2012.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FAZENDA, Ivani. (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11ª ed. São Paulo, SP: CORTEZ, 2008.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. Ano, XXIII, nº 79. Agosto/2002. p. 257-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em 10/09/2012.
- FIGUEIREDO, Erika Suruagy Assis de. reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**, Goiás, Ano VII, nº 2, Dezembro 2005. Acesso em 05/03/2012, disponível em http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html
- FIGUEIREDO, Erika Suruagy Assis de. **Ações afirmativas no ensino superior: política de inclusão à lógica do capital**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. 2008. Acesso no dia 05/03/2012. Disponível em http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/suruagy.pdf

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, DF: INEP, 1987.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação...** p. 105-160 – Cap. IV: A Quarta República.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri: Manole, 2003. p.195-288.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional de igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil o estado da questão**. Brasília: INEP, 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 20ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SABRINA, Moehlecke. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Caderno de Pesquisa**. Nº 117, novembro/2002. p. 197-217. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559> Acesso em 10/09/2012.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó, SC: ARGOS, 2008.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini; MEGID NETO, Jorge. **Breve panorama das investigações sobre o ensino de biologia no Brasil**. Disponível em: www.nutes.ufrj.br/abrapec/venpec/conteudo/artigos/3/doc/p371.doc Acesso no dia 09/09/2012.

TESSLER, Leandro; PEDROSA, Renato. PAAIS: a experiência de um programa de ação afirmativa na Unicamp. **Movimento e Debate**. Campinas, SP. Ano 1, nº 2, dezembro 2008. Disponível em: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo6.pdf> acesso em 09/09/2012.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Projeto de lei Nice Lobão e E.M. N° 025 Ministério da Educação

ANEXO 2: Instrumento para caracterização da produção acadêmica

ANEXO 3: Lista de trabalhos sobre ações afirmativas

ANEXO 4. Instrumento para leitura do material selecionado

ANEXO 1
(projeto de lei Nice Lobão)

PROJETO DE LEI

Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do **caput**, as remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do sistema de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 4º As instituições de que trata o art. 1º terão o prazo de duzentos e quarenta dias para se adaptarem ao disposto nesta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá, no prazo de dez anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do sistema especial para o acesso de estudantes negros, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, nas instituições de educação superior.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Desde 1967 o Brasil é signatário da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas. Nesta importante Convenção o Estado brasileiro comprometeu-se a aplicar as ações afirmativas como forma de promoção da igualdade para inclusão de grupos étnicos historicamente excluídos no processo de desenvolvimento social.

Estudos recentes de fontes abalizadas apontam que no Brasil a evolução da distribuição de riquezas e de oportunidades não é neutra, cristalizando-se diferenças entre as etnias que compõem a diversidade característica da população brasileira, sendo fato que a população negra e os povos indígenas foram e ainda são sistematicamente desfavorecidos ao longo de toda experiência republicana.

Somente no final do século passado, o Estado brasileiro passou a se preocupar com os efeitos do chamado racismo estruturante no perfil social e buscar mecanismos que dessem efetividade aos compromissos assumidos perante a comunidade internacional há quase quarenta anos. Esse atraso de décadas por si é suficiente para justificar a iniciativa de políticas de ações afirmativas no âmbito da educação, como as consignadas no presente Projeto de Lei.

Entretanto, cumpre-nos acrescentar que o presente Projeto de Lei, adotando a política de cotas, o faz de forma racional distribuindo-as pela composição étnico racial das unidades federativas. Ao mesmo tempo, importante salientar a combinação de critérios de inclusão por razões específicas de etnia com critérios universais de renda para acesso ao ensino público superior. Assim também é assegurado o ingresso nas universidades públicas aos estudantes egressos do sistema público de ensino fundamental e médio.

O critério de menor poder aquisitivo indicado indiretamente pela permanência no sistema público de ensino é também subsidiário para hipótese das cotas para negros e membros das comunidades indígenas não serem preenchidas por insuficiências circunstanciais.

Importante salientar ainda que o processo para construção deste projeto de lei encontra legitimidade social consistente, vez que contou com a participação de reitores representando suas universidades, entidades de classe dos docentes, representação dos estudantes, além de entidades que desenvolvem cursos preparatórios para vestibulares entre negros e carentes no âmbito da sociedade civil.

Observe-se que em função do amadurecimento do regime democrático tramitam no Congresso Nacional inúmeros projetos de lei com objeto semelhante, porém nem sempre considerando as experiências vividas pela sociedade civil ou mesmo as políticas desenvolvidas pelo Poder Executivo nessa área ao longo dos últimos anos. É imperioso que uma Lei regulamentando cotas para negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública garanta em sua dinâmica, não só o ingresso, mas a permanência desses alunos até a conclusão dos cursos, preocupação presente neste Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Tarso Fernando Herz Genro

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2546>
14 acesso em 18.04.2012

ANEXO 2

Instrumento para caracterização da produção acadêmica

NOME DO AUTOR (A):
TÍTULO:
ANO:
NÚMERO DE CHAMADA:

ANEXO 3

Lista de trabalhos sobre ações afirmativas

TCC – (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO)

1-AUTOR: Tamyris Proença Bonilha.
TÍTULO: Ações afirmativas: um estudo sobre a integração do aluno negro na universidade.
ANO: 2008
NÚMERO DE CHAMADA: B64a FE/Unicamp.

2-AUTOR: Karina Maria Zylewicz dos Santos
TÍTULO: Cotas para negros em universidades públicas
ANO: 2007.
NÚMERO DE CHAMADA: TCC/Unicamp Sa 59c

DISSERTAÇÕES

1-AUTOR: Fabi Jesus
TÍTULO: Quem é o negro no Brasil?: uma análise discursiva de artigos que versam sobre a adoção de cotas em universidades públicas
ANO: 2009.
NÚMERO DE CHAMADA: Tese – IEL/Unicamp J499q
Disponível biblioteca on-line: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000466275>

TESES

1-AUTOR: Kassandra Muniz
TÍTULO: Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil.

ANO: 2009.

NÚMERO DE CHAMADA: Tese – IEL/Unicamp M925L

Disponível biblioteca digital: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000467557>

2-AUTOR: Edwiges Pereira Rosa Camargo

TÍTULO: O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas

Universidades e faculdades

ANO: 2005.

NÚMERO DE CHAMADA: Tese FE/Unicamp C14n

Disponível biblioteca on-line:

<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376509>

PÓS-DOCTORADO

1-AUTOR: Paulo Gomes Lima

TÍTULO: ações afirmativas como eixo de inclusão de classes sociais menos favorecidas a universidade brasileira: um terceiro olhar entre pontos e contrapontos

ANO: 2009

NÚMERO DE CHAMADA: Tese/FE-Unicamp L628a

LIVROS

1-NÚMERO DE CHAMADA: 328.81F733p

TÍTULO: Políticas públicas e ações afirmativas

AUTOR: Dagoberto José Fonseca

ANO: 2009.

2-NÚMERO DE CHAMADA: 379.81 C825

TÍTULO: Cotas raciais na Universidade: um debate

AUTOR: Carlos Alberto Steil

ANO: 2006.

3-NÚMERO DE CHAMADA: 370.19342 C825

TÍTULO: Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação

AUTOR: André Augusto Brandão (org.)

ANO: 2007.

4-NÚMERO DE CHAMADA: 346.066 P359s

TÍTULO: A sociedade por cotas de responsabilidade limitada: (Doutrina, jurisprudência, Legislação e prática)

AUTOR: Carlos Fulgencio da Cunha Peixoto

ANO: 1944 e 1958

5-NÚMERO DE CHAMADA: 379.81 P759

TÍTULO: Políticas de cotas: mitigação da isonomia em ação afirmativa?

AUTOR: Escola Superior do Ministério Público da União.

ANO: 2009.

6-NÚMERO DE CHAMADA: 382.520973 Au22

TÍTULO: Auction quotas and United States trade policy

AUTOR: Fred Bergsten, et. al.

ANO: 1987.

7-NÚMERO DE CHAMADA: 378.103098165

TÍTULO: Por uma política de ações afirmativas: problematizações do programa de conexões de saberes, UFGRS.

AUTOR: Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, et. al.

ANO: 2008.

8-NÚMERO DE CHAMADA: 323.12 Ac71

TÍTULO: ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais.

AUTOR: Renato Emerson dos Santos e Fátima Lobato (org.)

ANO: 2003

9-NÚMERO DE CHAMADA: 362.5 M699

TÍTULO: Mínimos de cidadania: ações afirmativas de enfrentamento à exclusão social
Cidadania

AUTOR: PUC/SP.

ANO: 1994

10-NÚMERO DE CHAMADA: 301.4120981 M588p.

TÍTULO: A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro.

AUTOR: Sônia Malheiros Miguel

ANO: 2000.

11-NÚMERO DE CHAMADA: 370.19342 Ed83

TÍTULO: Educação e Ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.

AUTOR: Petronilha Beatriz Gonçalves e Valter Silvério da Silva

ANO: 2003

12-NÚMERO DE CHAMADA: 379.81 B733c

TÍTULO: As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?

AUTOR: Carlos da Fonseca Brandão.

ANO: 2005.

13-NÚMERO DE CHAMADA: 379.260981 C253i (Tem duas edições).

TÍTULO: Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão da cota no ensino superior.

AUTOR: José Jorge de Carvalho.

ANO: 2006.

Disponíveis no site da COMVEST

ARTIGOS

- 1- TESSLER, Leandro R. Ação afirmativa na Unicamp, In:
<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo3.pdf> , Data de acesso: 11.04.2011
- 2- TESSLER, Leandro R. *Ação afirmativa sem cotas: o programa de ação afirmativa e inclusão social da Unicamp*. Localização:
<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo1.pdf> , Data de acesso: 11.04.2011
- 3- TESSLER Leandro R. *Cota não é sinônimo de ação afirmativa* . Localização:
<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo4.pdf> , Data de acesso: 11.04.2011
- 4- TESSLER Leandro R. *Cotas raciais ou sociais? Nenhuma das duas: por programas de ação afirmativa nas universidades federais*. Acesso
<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo5.pdf> Acesso: 11.04.2011.
- 5- TESSLER, Leandro, *Múltiplas escolhas*, Localização:
<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos/artigocartacapital.pdf>, Data de acesso: 11.04.2011.
- 6- PEDROSA, Renato H.L. *Em igualdade de condições, alunos de graduação da Unicamp que estudaram na rede pública têm desempenho acadêmico superior*.
Localização: www.comvest.unicamp.br/paais/artigo8.pdf Data de acesso: 06.08.2009.
OBS: durante a atualização das fontes, no ano de 2011, este artigo não estava mais disponível no site da COMVEST.
- 7- TESSLER, Leandro, *Por uma diversidade institucional*, Localização:
<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos/expressaojuridica.pdf> ,Data de acesso: 11.04.2011
- 8- TESSLER, Leandro; PEDROSA, Renato, *PAAIS: a experiência de um programa de ação afirmativa na unicamp*, Localização:
<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo6.pdf> , Data de acesso: 11.04.2011
- 9- KLEINKE , Maurício U., *O vestibular Unicamp e a inclusão social: experiências e perspectivas*. Localização: <http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo7.pdf> , Data de acesso: 11.04.2011
- 10- PEDROSA, Renato H. L; DACHS, Norberto W, MAIA, Rafael P.; ANDRADE Cibele. *Educational and socioeconomic background of undergraduates and academic performance: consequences for affitmativie action programs at a brazilian research university*. Localização:
<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo2.pdf> , Data de acesso: 11.04.2011

Informações Disponíveis no site da comvest:
<http://www.comvest.unicamp.br/informes/artigos.html> , acesso no dia 11/04/2011

ANEXO 4.

(Instrumento para leitura do material selecionado)

TIPO DE DOCUMENTO:

NOME DO AUTOR (A):

TÍTULO:

ORIENTADOR (A):

ANO DE DEFESA:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:

MANEIRAS DE CONSTRUIR O OBJETO:

FENÔMENO PRIVILEGIADO OU OBJETIVO:

INSTRUMENTO E TÉCNICAS DE COLETA:

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:

PRINCIPAIS RESULTADOS: